

Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público

Defensor Público Substituto

Prova escrita preliminar objetiva (P₁)

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém duzentos itens, correspondentes à prova escrita preliminar objetiva (P₁), corretamente ordenados de 1 a 200.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize borracha, lápis, lapiseira e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **14/2/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova escrita preliminar objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/dpgce2005.
- II **15 e 16/2/2006** – Recursos (prova escrita preliminar objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/dpgce2005 —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **16/3/2006** – Resultado final da prova escrita preliminar objetiva e resultado provisório das provas escritas específicas: Diário Oficial do Estado do Ceará e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/dpgce2005.
- IV **17 e 18/3/2006** – Recursos (provas escritas específicas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/dpgce2005 —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- V **13/4/2006** – Resultado final das provas escritas específicas e convocação para a inscrição definitiva: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1/2005 – DPG/CE, de 30/11/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/dpgce2005.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

• As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal; CP = Código Penal; CPP = Código de Processo Penal; IP = Inquérito Policial; LOJ/CE = Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará; DPG/CE = Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará; TJCE = Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; DPG = defensor público-geral.

PROVA ESCRITA PRELIMINAR OBJETIVA

Os Estados sociais-liberais, como regra, reconhecem o direito à propriedade privada, contudo, condicionam o seu uso ao bem-estar social. Tal restrição, no ordenamento jurídico brasileiro, vem expressa na Constituição Federal. Em face dessas considerações, julgue os itens seguintes, a respeito da intervenção do Estado na propriedade.

- 1 A ocupação temporária da propriedade privada pelo poder público tem sempre caráter gratuito.
- 2 A intervenção na propriedade particular pode ter fundamentos diversos, como a necessidade ou utilidade pública, mas esse fundamento deve estar expresso em lei federal.
- 3 O ato de intervenção na propriedade privada pode ser praticado tanto pela União como por estados-membros, sendo vedada a prática do ato interventivo por municípios.
- 4 A servidão administrativa é configurada pela presença de um ônus real que incide sobre um bem particular, com a finalidade de lhe dar uma utilização pública.
- 5 A requisição administrativa não depende de intervenção prévia do Poder Judiciário para sua execução.

A respeito da evolução doutrinária do instituto da responsabilidade civil da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 6 A distinção entre atos de império e ato de gestão, para configuração da responsabilidade da administração pública, não mais persiste no âmbito doutrinário, ante os termos em que a responsabilidade administrativa foi fixada na Constituição Federal de 1988.
- 7 Em uma fase inicial do direito público, houve a negação da responsabilidade do Estado, com adoção do princípio da irresponsabilidade do Estado, porém tal tese nunca teve acolhimento constitucional no Brasil.
- 8 A doutrina civilista da culpa vem ganhando campo de aplicação em face do predomínio das normas de direito público sobre as regras de direito privado nas relações entre a administração e os administrados.
- 9 Entre as teorias objetivas existentes sobre a doutrina da responsabilidade da administração pública, a modalidade mais radical é a do risco integral, porque conduz o Estado a graves conseqüências financeiras.
- 10 Por ser o nexo de causalidade um elemento indispensável à configuração da responsabilidade da administração pública, apenas atos comissivos são capazes de gerar a responsabilização estatal.
- 11 A Constituição Federal responsabiliza objetivamente a administração pública perante os administrados por prejuízos causados em decorrência de atos predatórios de terceiros e por fenômenos naturais.

A desapropriação constitui o procedimento por meio do qual o poder público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-o para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e pagável em dinheiro, salvo no caso de certos imóveis urbanos ou rurais, em que, por estarem em desacordo com a função social legalmente caracterizada para eles, a indenização far-se-á em títulos da dívida pública, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas, preservado seu valor real.

Celso Antônio Bandeira de Mello. **Curso de direito administrativo**, 14.ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002 (com adaptações).

Considerando o assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 12 Havendo declaração de urgência no procedimento de desapropriação, a posse do bem objeto da desapropriação deve ser transferida ao expropriante, ocorrendo a imissão provisória da posse. A declaração de urgência não admite prova em contrário, razão pela qual não pode o expropriado tentar provar que a declaração de urgência é inverídica.
- 13 Há dois tipos de desapropriação no Brasil: um com a indenização prévia, justa e em dinheiro e outro cuja indenização não é prévia nem justa.
- 14 Só a União é competente para realizar a desapropriação para fins de reforma agrária.
- 15 Os bens públicos são insuscetíveis de desapropriação.
- 16 A caducidade da declaração de utilidade pública em uma desapropriação implica a extinção definitiva do poder da administração em desapropriar o bem por ela liberado.

Julgue os itens subseqüentes, acerca da proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

- 17 Quando o Poder Executivo não toma as medidas necessárias para a proteção de um bem que reconhecidamente deva ser protegido, em face do seu valor histórico, artístico ou paisagístico, abre-se ao cidadão o direito de provocar o Poder Judiciário para que este obrigue a administração a realizar a proteção.
- 18 O valor histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico é reconhecido pelo órgão administrativo incumbido dessa avaliação, mas o proprietário do bem, para subtraí-lo ao tombamento, pode levar a discussão para apuração em juízo, mediante a realização de perícias adequadas.
- 19 A proteção dos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico deve realizar-se por meio do tombamento, o qual é o único meio hábil para acautelar e preservar tais bens.
- 20 Não só a União, mas também os estados, os territórios e os municípios podem criar entidades estatais para dispor sobre a preservação e o acautelamento de bens em seu território.

Embora seja uma lei, e nesse aspecto se confunda com as demais, a Constituição Federal possui estrutura que a distingue das normas infraconstitucionais. Tal peculiaridade acentua a necessidade de reconhecimento da especificidade das regras interpretativas do texto constitucional. Em face dessa linha de pensamento, julgue os itens que seguem, a respeito da exegese constitucional.

- 21 O princípio da máxima efetividade deve ser aplicado na interpretação constitucional de modo a atribuir-se às normas constitucionais o sentido que lhes empreste maior eficácia ou efetividade, ao passo que o princípio da concordância prática indica que, em caso de conflito entre bens constitucionalmente protegidos, o resultado da interpretação realizada não deve implicar sacrifício de um bem e afirmação de outro.
- 22 A maioria dos doutrinadores constitucionalistas admite que a diferença entre a interpretação da Constituição Federal e a das demais leis reside na peculiar estrutura da sua parte dogmática, onde estão previstos os direitos fundamentais.
- 23 Os preceitos legais infraconstitucionais possuem grau de precisão de sentido e de conformação conceitual maior que o das normas constitucionais.
- 24 Os tradicionais critérios cronológico e hierárquico têm destacada serventia quando se trata de resolver um aparente conflito existente entre princípios constitucionais.

Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens subseqüentes.

- 25 A visão dos direitos fundamentais como direitos de defesa não é suficiente para assegurar a fruição dos direitos, se o Estado não puder ser obrigado a prestações de cunho social em benefício dos cidadãos; disso decorre que os direitos fundamentais podem ser invocados como direito à prestação positiva por parte do Estado.
- 26 Em muitos casos, a atuação do legislador revela-se indispensável para a concretização de certos direitos fundamentais previstos constitucionalmente, mas esta não é a situação do direito de propriedade, que não carece de disciplina normativa infraconstitucional.
- 27 A necessidade de ponderação entre o interesse individual e o interesse da coletividade é uma especificidade do direito de propriedade que não se estende aos demais direitos fundamentais.
- 28 Quando invocados como direitos de defesa, os direitos fundamentais protegem o cidadão contra interferências ilegítimas do poder público, sejam tais ações provenientes do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.

A previsão das funções essenciais à justiça pela Constituição Federal justifica-se pela necessidade que possui o Poder Judiciário de ser provocado, pois a inércia para o juiz é garantia de imparcialidade. Ao mesmo tempo, o funcionamento de instituições consideradas essenciais ao funcionamento da justiça serve ao bom funcionamento do Poder Judiciário. Com relação às funções essenciais à justiça, na forma prevista pela Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

- 29 A previsão do direito de assistência jurídica integral e gratuita aos comprovadamente necessitados, por meio da Defensoria Pública, é uma forma de realização do princípio da igualdade perante o Poder Judiciário.
- 30 No conceito de funções essenciais à justiça estão incluídos, além da Defensoria Pública, o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Advocacia.
- 31 O advogado exerce na sua profissão não só uma função privada, mas um serviço público de relevante função social.
- 32 Ao Ministério Público não cabe a defesa de interesses sociais e individuais homogêneos.

O controle judicial de constitucionalidade das leis tem-se revelado uma das mais eminentes criações do direito constitucional e da ciência política do mundo moderno. A adoção de formas variadas nos diversos sistemas constitucionais mostra, por outro lado, a flexibilidade e a capacidade de adaptação desse instituto aos mais diversos sistemas políticos.

Gilmar Ferreira Mendes. **O controle de constitucionalidade das leis na atualidade.** In: Carlos Alberto Menezes (Org.). **Estudos em homenagem ao prof. Caio Tácito.** Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 249.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca dos sistemas de controle de constitucionalidade.

- 33 O Brasil preserva o sistema misto de controle de constitucionalidade, combinando elementos do sistema difuso com elementos do modelo concentrado de controle de normas.
- 34 A Constituição de 1988 conferiu ênfase ao modelo incidente no processo de controle constitucional das normas.
- 35 O sistema de controle de constitucionalidade no Brasil sofreu uma substancial reforma com o advento da Constituição de 1988. O fim do monopólio da ação direta pelo procurador-geral da República e a ampla legitimação do direito de propositura perante o STF é um fato que sinaliza a mudança radical em todo o sistema de controle de constitucionalidade nacional.
- 36 A possibilidade de propositura da ação direta de inconstitucionalidade pelos partidos políticos com representação no Congresso Nacional reforça a idéia de defesa das minorias, pois as frações parlamentares menos representativas passaram a ter a possibilidade de arguir a inconstitucionalidade de leis.

Acerca dos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional e das limitações ao poder de tributar, julgue os próximos itens.

- 37 Caso um estado institua taxa a ser cobrada do contribuinte, este deverá recolhê-la ainda que não tenha usufruído do serviço correspondente, desde que o poder público comprove a realização de investimentos públicos com os valores arrecadados.
- 38 As autarquias podem receber dos respectivos entes federados delegação de competência tributária.
- 39 Segundo os princípios tributários constitucionais, a competência para estabelecer alíquota para o imposto de renda retido na fonte de servidores de um estado da Federação é do próprio estado.
- 40 O empréstimo compulsório não mais subsiste na Constituição Federal de 1988 como espécie tributária, por força de emenda constitucional superveniente.

Carlos nasceu no Ceará, em março de 1983. Em janeiro de 2000, conheceu Ana, que tinha terminado de completar 15 anos de idade. De um romance que durou apenas dois meses, nasceu Francisco. Carlos assumiu a paternidade sem qualquer oposição, entretanto, negou-se a manter qualquer tipo de relação amorosa com Ana, mas nem por isso deixou de visitar seu filho, constantemente.

Em face da situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 41** Uma vez que Carlos assumiu a paternidade de Francisco, sem qualquer oposição, ele deverá promover o registro do nascimento de seu filho mediante registro público, em que conste o seu nome como pai. Entretanto, se o reconhecimento da paternidade decorresse de ato judicial, o referido ato deveria ser averbado no registro público.
- 42** Se o fato relatado tivesse ocorrido na vigência do Código Civil de 2002, Ana, grávida de Francisco, não poderia casar-se, ainda que com autorização dos responsáveis, pois não tinha a idade núbil.
- 43** Considere que o fato ocorreu na vigência do Código Civil de 2002 e que era juridicamente possível o casamento entre ambos. Nesse caso, Ana, absolutamente incapaz ao tempo da gravidez e do suposto casamento, estaria emancipada em decorrência do casamento.
- 44** Considerando-se que o fato tivesse ocorrido na vigência do Código Civil de 2002, é correto afirmar que Carlos não tinha a idade núbil, pois a legislação vigente determina que a idade núbil dos homens ocorre aos 18 anos, enquanto a das mulheres, aos 16 anos.

Em decorrência de determinação judicial, um pai foi obrigado a pagar alimentos ao filho. Esse pai não cumpriu com a obrigação de prestar alimentos nos seguintes períodos: janeiro de 2000; entre abril e junho de 2000; janeiro de 2002; setembro de 2002; janeiro de 2003; e março de 2003. Na hipótese em questão, a obrigação de prestar alimentos vence no dia 8 de cada mês. Entretanto, os alimentos vencidos só foram pleiteados em juízo no dia 13/3/2005, dois dias antes de o alimentado completar 21 anos de idade.

Considerando o texto acima, julgue os próximos itens, sabendo que o Código Civil de 2002 determinou, no art. 206, § 2.º, o prazo de dois anos para haver prestação de alimentos a partir da data em que se venceram e o Código Civil de 1916, no art. 178, § 10, I, determinava o prazo de cinco anos.

- 45** Se o pai não alegar a prescrição, ainda que haja alguma prestação vencida, o juiz não poderá conhecer de ofício a prescrição, entretanto, o genitor poderá alegar em qualquer grau de jurisdição a ocorrência de prescrição.
- 46** Na situação apresentada, é correto afirmar que, no momento da propositura da ação para exigir as prestações vencidas, a obrigação de fornecer os alimentos referentes a janeiro de 2000 já se havia prescrito.
- 47** No momento da propositura da ação, a obrigação relativa aos alimentos compreendidos entre abril e junho de 2000 não estava prescrita.
- 48** No momento da propositura da ação, a obrigação referente aos alimentos de janeiro de 2003 estava prescrita.
- 49** Em 13/3/2005, quando foi proposta a ação, a obrigação referente aos alimentos dos meses de janeiro e setembro de 2002 não estava prescrita.

Fábio, José e Haroldo, todos estudantes de determinada faculdade, são devedores solidários em um contrato de adesão. O contrato foi realizado para obter equipamentos imprescindíveis à realização de uma pesquisa de campo para um trabalho da faculdade. Pelo contrato, os devedores se comprometeram solidariamente a pagar R\$ 600,00 em três prestações, sendo que a primeira parcela venceria em 1.º/4/2004, e as outras, 30 e 60 dias após o vencimento da primeira. O atraso implicaria multa de 4% sobre o valor da prestação. O referido contrato convertia o valor da segunda prestação em ouro, que deveria ser entregue no vencimento da parcela. Também ficou estabelecido que a terceira parcela seria quitada com prestação de serviço. Não obstante, no momento da assinatura para aderir ao contrato, Maria, amiga de Haroldo, o convenceu a não participar do grupo de pesquisa e a evitar qualquer envolvimento com Fábio e José. No outro pólo da relação contratual, figurava a empresa fornecedora dos equipamentos, cujo gerente apenas aceitava realizar o contrato se Haroldo estivesse no pólo passivo, pois, no passado, efetuou semelhante obrigação com Fábio e José e ambos não cumpriram integralmente o acordado. No intuito de obrigar Haroldo a assinar o contrato, Fábio e José, na presença do gerente da empresa e de dois clientes, o ameaçaram, afirmando que mostrariam a Maria fotos comprometedoras de Haroldo. Em decorrência da ameaça, Haroldo assinou o contrato. No momento de cumprir a terceira prestação, ocorreu um fato extraordinário e imprevisível que tornou o contrato excessivamente oneroso para os devedores, com extrema vantagem para o credor.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 50** A cláusula que estabelece multa de 4% sobre o valor da prestação em decorrência do não-pagamento em seu termo é considerada abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor, que determina que as multas não poderão ser superiores a 2% do valor da prestação.
- 51** Considere que o gerente da empresa, por ter presenciado a ameaça, tenha resolvido exonerar Haroldo da solidariedade, e que Fábio tenha cumprido com toda a dívida. Considere também que José está insolvente. Nesse caso, Fábio ficará com todo o prejuízo, visto que José está insolvente e Haroldo foi exonerado da solidariedade pelo credor.
- 52** A convenção que estabelece o pagamento da segunda parcela em ouro é nula.
- 53** Como o contrato elaborado pelo credor é de adesão, qualquer cláusula ambígua ou contraditória deve ser interpretada em favor dos aderentes; ademais, é anulável qualquer determinação contratual que importe em renúncia antecipada pelos aderentes de direito resultante da natureza da obrigação.
- 54** O fato extraordinário e imprevisível que tornou o contrato excessivamente oneroso para os devedores, com extrema vantagem para o credor, configura uma hipótese de cláusula *rebus sic stantibus*, o que propicia a resolução da obrigação, de tal sorte que, mesmo que o credor concorde em modificar equitativamente as condições do contrato para restabelecer o equilíbrio entre as partes, o juiz não poderá conservar o negócio jurídico se os devedores exigirem a resolução da obrigação.

Silas comprou um aparelho de TV na loja Bom Eletro. Leu todo o manual de instrução para compreender a instalação e o funcionamento do aparelho. Observou a voltagem do aparelho, que era compatível à da tomada, retirou a TV antiga que estava funcionando e colocou a nova em seu lugar. Em seguida, conectou o cabo da TV na tomada e, ao acionar o botão indicado no manual para ligar o aparelho, ocorreu uma série de explosões que ocasionaram queimaduras em Silas e em sua namorada, Joana, presentes no momento.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes.

55 A hipótese é de responsabilidade civil por fato do produto, em que ocorre o chamado acidente de consumo. No caso, compete a Silas provar que a falha na segurança do produto é de responsabilidade do fabricante, pois, havendo indicação do fabricante, a loja Bom Eletro só responderá pelos danos causados pelo aparelho se Silas provar que o defeito decorreu da conservação do produto pelo comerciante.

56 Na situação apresentada, Joana é considerada como um *bystander*, e, como tal, pode acionar o fabricante, porém como não é destinatária final, não pode ser considerada consumidora. Dessa forma, a sua proteção jurídica se dará mediante a aplicação do Código Civil, não podendo ser utilizado o Código de Defesa do Consumidor.

Marta teve dois filhos decorrentes de uma relação que sempre foi mantida no mais absoluto sigilo. Marta nunca se casou, nem teve outro relacionamento que não esse ocorrido em passado remoto. Em vida, fez uma doação ao filho mais velho de um imóvel que correspondia, ao tempo da doação, a 40% de seu patrimônio. Marta faleceu em janeiro de 2005 e não deixou testamento.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes.

57 Considere que o filho que ganhou o imóvel doado ainda esteja com o imóvel e que o valor atual deste corresponda a mais da metade do valor da herança. Nesse caso, a doação será nula por exceder a parte disponível da herança ao tempo da abertura da sucessão.

58 O filho mais velho de Marta terá de trazer à colação o imóvel recebido a título de doação, que retornará em espécie à massa da herança, por importar adiantamento do que lhe cabia na herança, sob pena de sonegado.

Uma pessoa faleceu em agosto de 2005, deixando bens a serem partilhados, mas não fez testamento. O *de cujus* não teve filhos, era casado sob o regime de comunhão parcial de bens, tinha uma avó e uma bisavó maternas, um bisavô por parte de pai e uma irmã.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

59 Se o cônjuge estivesse concorrendo com dois ascendentes em primeiro grau, teria garantia de um terço da herança. Como maior é o grau de parentesco, lhe tocará metade da herança, ainda que se admita mais de um ascendente concorrendo em maior grau.

60 Nessa situação, é correto afirmar que o bisavô paterno será excluído pela avó materna que concorre com o cônjuge sobrevivente, pois, na linha ascendente, não há direito de representação e os mais próximos excluem os mais remotos, sem distinção de linhas.

Não obstante a unidade e a identidade da respectiva atividade funcional, o exercício efetivo e concreto da função jurisdicional é atribuída internamente pelo Poder Judiciário, segundo a competência que a própria Constituição Federal e as leis de organização judiciária de cada estado e da União conferem aos juízes e tribunais superiores.

Ovídio A. B. Silva. *Curso de processo civil*, v. 2. São Paulo: RT, 2002, p. 53 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens seguintes, acerca da competência.

61 Compete ao STJ processar e julgar a homologação de sentença estrangeira e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

62 Considere a situação em que existam duas ações que recaiam sobre o mesmo imóvel, uma de despejo por falta de pagamento e outra de usucapião proposta pelo réu. Considere também que, para evitar decisões contraditórias, entendeu-se pela conexão. Nessa situação, restou configurada uma modificação de competência que é defesa em lei.

63 Considere que uma ação investigatória de paternidade cumulada com alimentos foi proposta em determinado município do Ceará. No entanto, ficou decidido que o juízo competente era o da comarca de Campina Grande, na Paraíba. Ocorre que o juiz de Campina Grande declarou-se incompetente, suscitando o conflito. Nessa situação, o tribunal competente para apreciar o conflito será o TJCE, onde está vinculado o juiz a respeito de quem se suscitou a dúvida.

64 Considere que a LOJ/CE estabelece a criação de varas com competência exclusiva para processos oriundos do direito de família e que, na comarca de Fortaleza, funcionam cinco varas de família. Considere também que, em um processo que tramitou na comarca da capital, o autor dirigiu a petição à vara cível e o juiz, ao receber a inicial, entendeu que se tratava de incompetência em razão da matéria e, dessa forma, se deu por incompetente sem que houvesse arguição da outra parte. Nesse caso, ocorreu um equívoco do juiz, pois ele só poderia conhecer de ofício se a incompetência fosse absoluta, o que não é o caso.

Um servidor público do estado do Ceará estava a serviço, transportando equipamentos para Brasília. Quando passava por um município do estado de Goiás, deu causa a um acidente automobilístico envolvendo o automóvel por ele conduzido, de propriedade do estado, e um automóvel particular pertencente à vítima. A vítima propôs ação indenizatória na vara cível do município onde ocorreu o acidente. O procurador do estado do Ceará contestou a ação indenizatória, alegando incompetência *ratione personae*. Entretanto, o juiz não acolheu a alegação de incompetência.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir, sabendo que, em consonância com a LOJ/CE, criaram-se, em Fortaleza, varas da fazenda pública.

- 65** É correto o entendimento de que a vítima poderia propor a ação em Fortaleza, na vara da fazenda pública, ou no município onde ocorreu o acidente.
- 66** Nessa hipótese, o juiz errou, pois o fato apresentado caracteriza incompetência absoluta, não podendo ser derogada pelo juiz.

Acerca da intervenção de terceiros, julgue os itens subseqüentes.

- 67** Feita a denúncia pelo réu, se o denunciado a aceitar e contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e, do outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado.
- 68** Considere que, em uma obrigação solidária, o credor proponha ação contra um dos devedores solidários, exigindo parcialmente o cumprimento da obrigação em quantia correspondente a sua quota. Nesse caso, não poderá o devedor demandado fazer o chamamento de todos os demais ao processo.
- 69** Caso a cobrança de um débito recaia sobre o fiador, ele deverá denunciar à lide o devedor, para incluí-lo coercitivamente no pólo passivo e responder com ele pela satisfação do crédito pretendido pelo autor.

No referente a regras atinentes ao juiz, ao Ministério Público e a auxiliares da justiça, julgue os próximos itens.

- 70** Se, em uma ação de reintegração de posse de terras em zona rural, figura no pólo passivo um considerável número de famílias, a presença do Ministério Público torna-se obrigatória, sob pena de nulidade.
- 71** Como regra, o juiz somente decidirá por equidade nos casos previstos em lei.
- 72** Considere que, em um processo, figure como advogado de uma das partes o cunhado do juiz, e que a parte contrária alegue a existência do incidente. Nesse caso, resta configurada hipótese de suspeição de parcialidade, impondo ao juiz o dever de afastar-se da presidência do processo.
- 73** Incumbe ao oficial de justiça, entre outras funções, estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.

Julgue os itens seguintes, conforme as regras atinentes aos atos processuais.

- 74** Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, se a lei estabelecer uma forma determinada, sem cominar nulidade, o juiz poderá considerar válido o ato se realizado de outro modo; assim, a instrumentalidade das formas se opõe ao princípio da legalidade das formas.
- 75** Considere uma ação judicial proposta na 1.^a Vara de Família de Fortaleza, na qual a esposa pede a separação judicial por ter o cônjuge violado gravemente os deveres do casamento. Considere também que, quase simultaneamente, o cônjuge varão proponha ação, distribuída para a 2.^a Vara de Família de Fortaleza, com pedido de separação, fundado em conduta desonrosa por parte da esposa. Nesse caso, a ocorrência desse fato gera conexão entre as ações e o juiz pode, de ofício, determinar a reunião das ações.

Julgue os itens a seguir, acerca da resposta do réu.

- 76** Considere que o réu, em um processo, argüiu exceção de incompetência. Nesse caso, recebida a exceção, o processo ficará suspenso até que a exceção seja julgada.
- 77** Ocorre a reconvenção oferecida em peça autônoma quando o réu sai da condição de defesa e propõe contra o autor demanda inversa. Entretanto, deve-se observar se a reconvenção é conexa com a ação principal ou com o fundamento de defesa.
- 78** A conexão, a inépcia da inicial e a nulidade da citação são questões que o réu deve discutir antes do mérito.

Julgue os itens subseqüentes, referentes aos defeitos das decisões suscitados em sede de recurso.

- 79** Quando há reconhecimento de *error in procedendo*, que é marcado pela existência de vício na estrutura do ato jurídico consubstanciado na decisão jurisdicional, ocorre a invalidade do *decisum*.
- 80** O vício de julgamento ou *error in iudicando* apenas pode referir-se a questões de ordem material, não competindo erro de cunho processual.

O agravo tem como fontes os direitos romano e português. No direito romano, a origem se deu na *supplicatio*, dirigida ao imperador ou prefeito do pretório, em decorrência do surgimento de restrições ao direito de apelar. A *supplicatio* chegou ao direito português quando Dom Afonso IV restringiu os casos de apelação. Acerca do agravo, julgue os itens seguintes.

- 81** O juiz de primeiro grau tem competência para alterar a decisão agravada em juízo de retratação.
- 82** O agravo retido é cabível para os casos de inconformismo em relação a decisões interlocutórias de juiz de primeiro grau, ou contra decisão denegatória do recurso extraordinário ou especial.
- 83** Cabe agravo contra pronunciamento de juiz de primeiro grau em relação a pedido de remição de bens.

Quanto à admissibilidade da ação rescisória, julgue os itens abaixo.

- 84** A admissibilidade de ação rescisória contra decisão proferida em jurisdição voluntária afasta a possibilidade de ação anulatória.
- 85** Considere que, um ano após o *decisum*, restou comprovada corrupção do magistrado, que o proferiu para atender a interesses de terceiros. Nesse caso, não havendo condenação criminal do magistrado em decorrência do ato de corrupção, não cabe ação rescisória.
- 86** É cabível ação rescisória quando a decisão ofender a coisa julgada.

Acerca das regras do mandado de segurança, julgue os itens a seguir.

- 87** O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político.
- 88** Os mandados de segurança contra ato de ministros de Estado e dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são de competência do STF.
- 89** Compete ao STF processar e julgar mandado de segurança contra os presidentes das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 90** Compete ao STJ julgar e processar os mandados de segurança contra os tribunais regionais federais ou contra juízes federais.

Quanto ao direito empresarial, julgue o item seguinte.

- 91** Em conformidade com o atual ordenamento jurídico, as sociedades empresárias podem se organizar nas formas de sociedade em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima, cooperativa ou limitada.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca do direito empresarial.

- 92** Décio e Eli reuniram suas economias e constituíram sociedade para atuar no ramo de alimentação. Ao confeccionarem o contrato social, se abstiveram de levar a efeito o registro perante a junta comercial competente. Ante a má administração, os sócios não conseguiram saldar as dívidas sociais e a sociedade se tornou inadimplente perante vários credores. Nessa situação, a sociedade constituída por Décio e Eli poderá se sujeitar ao processo falimentar.
- 93** Cléber, menor incapaz, tornou-se sócio de determinada sociedade empresária e, devidamente representado, continua exercendo a atividade empresarial, por ter recebido, por herança, quotas sociais. Posteriormente, atendidos os requisitos, Cléber foi emancipado. Nessa situação, a prova da emancipação deverá ser inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis.
- 94** Ana e Bete decidiram constituir sociedade empresária para atuar no ramo de prestação de serviços estéticos. Atribuíram ao estabelecimento o título de Casa da Beleza. Nessa situação, o nome empresarial Casa da Beleza estará protegido, automaticamente, a partir do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade empresária formada por Ana e Bete.
- 95** Determinada pessoa jurídica fabricante de renomado refrigerante, no exercício de sua atividade, possui vários bens corpóreos, como máquinas e equipamentos, e incorpóreos, como marcas e patentes, necessários à fabricação e proteção de seu rentável produto. Nessa situação, todos os mencionados bens compõem o estabelecimento empresarial da referida pessoa jurídica.
- 96** José e Adão constituíram sociedade limitada. No contrato social, restou consignado que o objeto seria a fabricação de móveis e utensílios para escritório e que a administração seria exercida por todos os sócios. Após dois anos de atividade, Pedro e Paulo ingressaram no quadro societário. Nessa situação, a administração da sociedade limitada será atribuída de pleno direito também a Pedro e Paulo, em razão das disposições do contrato social.
- 97** Anastácio e Bento, sócios de AB Segurança Ltda., pessoa jurídica prestadora de serviços de segurança, encerraram as atividades da sociedade sem a observância dos preceitos normativos que regem a dissolução das sociedades em geral. Nessa situação, Anastácio e Bento poderão figurar como litisconsortes passivos em eventual ação ajuizada contra AB Segurança Ltda.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da disciplina dos títulos de crédito, dos contratos de alienação fiduciária em garantia e da locação comercial.

- 98** Jonas e Joaquim, sócios de sociedade limitada prestadora de serviços gerais, firmaram contrato formal de locação comercial de imóvel situado no centro da cidade, com determinada imobiliária. Convencionou-se que o prazo de duração do contrato de locação seria de cinco anos. Ao final do quarto ano, Jonas faleceu e, por isso, Joaquim resolveu atuar em outro ramo, com novo sócio. Nessa situação, ao final do prazo do contrato de locação, Joaquim terá direito à renovação do contrato de locação por mais cinco anos.
- 99** Flávia, sócia-gerente de determinada pessoa jurídica fabricante e fornecedora de luvas e botas de borracha, enviou mercadorias a um cliente, ante a solicitação formal do mesmo. Ocorre que o cliente não firmou aceite na duplicata enviada juntamente com as mercadorias, não a restituiu, não devolveu as mercadorias, nem efetuou o pagamento do valor consignado no título. Nessa situação, para receber o valor devido, Flávia deverá constituir advogado para promover ação de cobrança, pois considera-se que tenha havido o aceite da duplicata, por presunção.
- 100** André, desejando adquirir automóvel recentemente lançado, mas não dispondo de recursos financeiros suficientes, firmou contrato de alienação fiduciária em garantia com certa instituição financeira. Assim, André assumiu a função de fiel depositário do automóvel custodiado. Nessa situação, caso André se torne inadimplente, a instituição financeira poderá promover imediata ação de depósito e, caso o automóvel não seja encontrado, caberá também requerer a busca e apreensão do mesmo.

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética acerca do direito do consumidor, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 101** Francisco comprou 4 cadeiras em determinado estabelecimento empresarial. No mesmo dia em que recebeu os produtos em sua residência, uma das cadeiras se quebrou, ao ser utilizada por uma de suas filhas. Nessa situação, se for constatado que a cadeira continha defeito de fabricação, a responsabilidade pela reparação dos danos causados a Francisco e a sua filha será exclusivamente do fabricante, mesmo na hipótese de o fabricante não poder ser identificado.
- 102** Amauri, por estar mudando para outro estado da Federação, vendeu alguns móveis de sua residência para Emerson. Nessa situação, o negócio jurídico celebrado entre Amauri e Emerson consubstancia-se em relação de consumo, sendo aplicável, portanto, o Código de Defesa do Consumidor.
- 103** O fornecedor de determinado medicamento, após introduzi-lo no mercado de consumo, tomou conhecimento de que um dos componentes desse produto, quando ingerido, causa distúrbios gástricos graves e, em alguns casos, pode levar o medicando à morte. Nessa situação, nos termos da legislação de consumo, tal fornecedor deverá, imediatamente e às suas expensas, comunicar o fato às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários veiculados na imprensa, no rádio e na televisão.

- 104** Henrique comprou um automóvel novo. O veículo possuía defeito de fabricação em seu sistema de freios, que o levou a envolver-se em acidente automobilístico em que Henrique fraturou um braço e dois colegas dele, que estavam no veículo durante o acidente, sofreram lesões corporais. Nessa situação, o Código de Defesa do Consumidor apenas é aplicável relativamente a Henrique, não sendo o fabricante responsabilizado pelos danos causados aos demais passageiros do veículo, pois estes não fizeram parte da relação de consumo.
- 105** Uma associação legalmente constituída intentou ação coletiva na defesa de interesses dos consumidores. Nessa situação, a condenação em custas e honorários advocatícios somente será aplicada à autora no caso de comprovada litigância de má-fé.
- 106** Anastácia comprou 24 caixas de leite longa-vida em determinado supermercado. Chegando em sua residência, constatou que os produtos estavam com prazo de validade vencido. Nessa situação, Anastácia poderá exigir do supermercado a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de consumo, ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- 107** Américo comprou um telefone sem fio em certo estabelecimento empresarial. Após alguns dias de uso, o telefone apresentou defeitos. Levando o produto a um assistente técnico credenciado pelo fabricante do telefone, Américo foi informado que as peças disponíveis para o conserto eram originais, mas não eram novas. Nessa situação, Américo poderá exigir, com base na legislação aplicável, a utilização de peças de reposição novas.
- 108** Felipe levou o seu veículo que estava com problemas a uma oficina mecânica. Analisando o carro, o mecânico informou que o defeito era simples de ser resolvido, sendo suficiente a substituição de uma pequena peça, e que o valor total dos serviços era de R\$ 50,00. Felipe contratou o serviço, mas, no final da tarde do mesmo dia, foi informado que foram necessários outros reparos, com a reposição de mais duas outras peças, ficando o valor total dos serviços em R\$ 75,00. Nessa situação, não há prática abusiva por parte do fornecedor do serviço, pois o preço inicialmente apresentado foi elevado em apenas 50%.
- 109** Davi comprou uma televisão em 12 prestações. Passando por dificuldades financeiras, Davi não conseguiu quitar seu débito, ficando inadimplente. Após as notificações pertinentes, seu nome foi enviado aos órgãos de proteção ao crédito. Nessa situação, mesmo que Davi consiga honrar suas dívidas, seu nome permanecerá no banco de dados do órgão de proteção ao crédito por 5 anos, contados a partir da data do registro, o qual poderá ser consultado por qualquer interessado.
- 110** Maria comprou uma centrífuga por telefone, após ter visto anúncio publicitário na televisão. Recebido o produto em sua residência, Maria o considerou inadequado para o que pretendia. Nessa situação, Maria deverá exercer o seu direito de arrependimento no prazo máximo de 7 dias, sob pena de se consolidar o contrato celebrado.

Dispõe o texto constitucional que a defensoria pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados. Acerca da defensoria pública, segundo as Constituições Federal e do estado do Ceará, julgue os itens que se seguem.

- 111** Considere que Ana Célia, defensora pública do estado do Ceará, tenha se ausentado do serviço, sem apresentar qualquer justificativa, por 40 dias consecutivos. Nesse caso, Ana Célia poderá sofrer a penalidade de demissão, a qual será aplicada pelo corregedor-geral da DPG/CE.
- 112** A Constituição Federal disciplina que lei complementar federal disporá sobre a organização da defensoria pública da União, dos estados e do Distrito Federal, sendo os cargos de carreira providos, na classe inicial, por concurso público de provas e títulos.
- 113** Considere que Batista esteja em conflito de interesses com terceiro, em razão de contrato verbal firmado com este. Considere também que Batista procurou a DPG/CE para orientação, provando ser merecedor da assistência jurídica gratuita. Nesse caso, o defensor público deverá promover ação judicial em defesa dos interesses de Batista, pois à defensoria somente é dado promover a conciliação entre as partes em conflito judicialmente.
- 114** Considere que, por motivo torpe, Bartolomeu cometeu o crime de homicídio contra Mário, ambos defensores públicos do estado do Ceará. Nesse caso, a competência para processar e julgar Bartolomeu será do TJCE.
- 115** Considere que José, prestes a completar o primeiro ano no cargo de defensor público do estado do Ceará, entrará em gozo de férias e viajará para cidade no interior do Rio Grande do Sul, com sua família. Nesse caso, ao entrar em gozo de suas férias, José deverá enviar ao DPG do estado do Ceará relatório demonstrativo de que os serviços estão em dia, bem como o endereço em que poderá ser encontrado, sob pena de ter suas férias suspensas.

Em cada um dos seguintes itens, é apresentada uma situação hipotética quanto às normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 116** Silas contratou renomado escritório de advocacia para ajuizar, contra o estado do Ceará, ação de reparação de danos. Antes da audiência de instrução e julgamento, protocolizou petição requerendo os benefícios da assistência judiciária. Nessa situação, a ação será suspensa e, após apreciadas as provas trazidas aos autos, o juiz poderá denegar ou conceder, de plano, o benefício requerido.
- 117** Determinado defensor público promoveu o atendimento a pessoa que se declarou carente de recursos para custear as despesas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento. Nessa situação, a petição inicial ou a contestação, conforme o caso, deverão ser instruídas com atestado de que conste ser o requerente necessitado, não podendo, portanto, pagar as despesas do processo, ou com a cópia de seu contracheque, para que goze dos benefícios da assistência judiciária.

Acerca das normas gerais para a organização da defensoria pública nos estados e das resoluções do Conselho Superior da DPG/CE, julgue os itens seguintes.

- 118** Sabe-se que os defensores públicos do estado do Ceará são promovidos de entrância para entrância, por antiguidade e merecimento, alternadamente. Nesse sentido, considere que, na promoção de Antônio e Caio, ocorreu empate entre ambos no item antiguidade, com o mesmo tempo no cargo de defensor público, sendo que Antônio conta com cinco anos no serviço público estadual e Caio, com quatro anos no serviço público estadual, mas com quinze anos no serviço público. Nessa situação, Antônio terá preferência na referida promoção por antiguidade.
- 119** Nos estados, o chefe da defensoria pública será o DPG, que, em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, será substituído pelo subdefensor público-geral. Verificada a necessidade local, o estado poderá ter mais de um subdefensor público-geral.
- 120** Considere que um defensor público do estado do Ceará há dez anos requereu, ao DPG do estado, afastamento por dois anos, para realizar doutorado na Inglaterra, no interesse da DPG/CE, o que foi deferido. Nessa situação, o afastamento poderá ser interrompido, a juízo do DPG, desde que presente o interesse público, mesmo que o interessado esteja apenas no início do curso de doutorado.

No tocante aos princípios constitucionais que regem a seguridade social e à aplicabilidade e vigência das normas previdenciárias, cada um dos itens subseqüentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 121** João laborava em atividade definida em lei como insalubre, fazendo jus ao cômputo de tempo de serviço diferenciado, para fins de aposentadoria especial. Posteriormente, foi editada nova lei, estabelecendo que, para a concessão de aposentadoria especial, o segurado deverá comprovar, além do tempo de serviço, a efetiva exposição aos agentes nocivos à saúde e à integridade física. Nessa situação, João deverá comprovar a efetiva exposição apenas em relação ao tempo de serviço laborado sob a égide da nova norma, permanecendo a presunção de insalubridade relativamente ao tempo anterior.
- 122** José, segurado da previdência social, é aposentado por tempo de serviço e recebe proventos equivalentes ao limite máximo do salário-de-benefício. Em 2005, houve o reajustamento dos benefícios da previdência social. Nessa situação, considerando o princípio da irredutibilidade do valor do benefício, que garante a preservação de seu valor real, José receberá aposentadoria em valor superior ao teto do salário-de-benefício.

No que concerne ao regime geral da previdência social (RGPS), julgue os seguintes itens.

- 123** O titular de firma individual é considerado segurado de filiação obrigatória, nos termos da legislação previdenciária vigente, e, ainda, contribuinte empresário para o custeio da previdência social, independentemente de ser empregador ou de possuir contribuinte individual que lhe preste serviços.
- 124** Se um cidadão brasileiro for contratado no Brasil para trabalhar, como empregado, na sucursal dos Estados Unidos da América, de uma instituição financeira brasileira, ele não será segurado obrigatório da previdência social do Brasil, sendo regido pela lei previdenciária daquele país.
- 125** O diretor de sociedade anônima, eleito pelo conselho administrativo, não perde a sua condição de segurado obrigatório mesmo que não seja considerado empregado.
- 126** Considere que um cidadão trabalhe como cobrador de ônibus e vigia noturno, concomitantemente. Nessa hipótese, apesar de ambas as atividades estarem abrangidas pelo RGPS, o referido cidadão somente será obrigado a filiar-se em relação a uma delas.
- 127** O servidor público federal, por ter regime próprio de previdência, não pode vincular-se ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo.
- 128** Considere por hipótese que Marcos seja servidor de autarquia federal e passe a trabalhar como professor de instituição de ensino superior de direito privado. Nessa hipótese, mesmo que a autarquia tenha regime de previdência própria, Marcos será considerado segurado obrigatório do RGPS relativamente à atividade de professor.

Quanto ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Ceará, julgue os itens que se seguem.

- 129** As diárias para viagem integram a remuneração do servidor público do estado do Ceará, para os fins da contribuição previdenciária prevista no Sistema Único de Previdência Social estadual.
- 130** Considere a seguinte situação hipotética. Sebastião, que é servidor público do estado do Ceará, aposentou-se por invalidez, em dezembro de 1998. Nessa situação, para que fique isento da contribuição para o Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos do Ceará, Sebastião deverá submeter-se a nova perícia, para comprovar a sua inaptidão para o serviço.

Relativamente ao direito do trabalho, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 131** Márcio, que trabalha como porteiro, ao passar pelo departamento de pessoal de sua empregadora, constatou que Reginaldo, chefe desse departamento, estava agredindo uma empregada com socos. Imediatamente, Márcio adentrou o departamento e empurrou Reginaldo, que, ao cair, teve a sua mão direita cortada. Nessa situação, mesmo sendo apurado que Márcio agiu em legítima defesa de terceiro, a ofensa física perpetrada contra seu superior hierárquico configura justa causa para a rescisão de seu contrato de trabalho.
- 132** Luiz é médico e possui uma clínica conceituada, no centro da cidade, cujo faturamento médio anual ultrapassa o montante de um milhão de reais. Luiz também trabalha para certa pessoa jurídica, no cargo de médico do trabalho, com remuneração de três mil reais mensais e de 20 horas de trabalho semanais, cumpridas no período da manhã. Nessa situação, inexistente relação de emprego entre Luiz e a referida pessoa jurídica, por faltar o requisito da dependência econômica inerente aos contratos de trabalho.
- 133** Antônio firmou contrato de empreitada com a pessoa jurídica Alfa, para construção de sua residência. Nessa situação, com base na ordenação normativa vigente, inexistente responsabilidade solidária ou subsidiária trabalhista, oriunda do aludido contrato de empreitada, relativamente aos empregados de Alfa, mesmo que estes tenham prestado serviços na construção da residência de Antônio.
- 134** Henrique trabalha como mensalista para a pessoa jurídica Beta e recebe remuneração no valor de três mil reais mensais. Henrique recebe ainda diárias indenizatórias, no valor de quinhentos reais, para suprir as despesas previstas nas viagens realizadas em serviço. Nessa situação, nos termos da legislação trabalhista pertinente, o valor correspondente às diárias indenizatórias recebidas por Henrique integra o salário, para todos os fins.
- 135** João gasta em média quarenta minutos no trajeto entre a sua residência e o local de seu trabalho. Em parte do trecho percorrido, existe transporte público regular. Para o trajeto final, o empregador de João fornece condução. Nessa situação, com base na ordenação normativa em vigor, são consideradas horas *in itinere* remuneradas, sendo computadas como tempo de trabalho efetivo, integrando a jornada de trabalho, somente as da parte do trajeto percorrida em condução da empresa, e não a totalidade do trajeto entre a residência de João e o seu local de trabalho.

Quanto ao processo do trabalho, cada um dos itens abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 136** Sentença trabalhista transitada em julgado declarou existente o vínculo empregatício entre Fábio e a pessoa jurídica Delta e condenou a reclamada ao pagamento de verbas rescisórias e ao recolhimento das contribuições previdenciárias pertinentes. Nessa situação, com base na legislação trabalhista vigente, a execução dos créditos previdenciários será feita de ofício.
- 137** Renato ajuizou reclamação trabalhista contra seu antigo empregador, pleiteando o recebimento de verbas rescisórias, dando à causa o valor de quatro mil reais. Na petição inicial, Renato informou que desconhecia o endereço do reclamado, requerendo, por conseguinte, citação por edital. Nessa situação, o juiz, ao receber a inicial, deve determinar seu arquivamento, por ausência de pressuposto processual.
- 138** A pessoa jurídica Gama possui 25 empregados. Felipe, empregado de Gama, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras e a integração destas em seu salário. A reclamada, ao contestar os pedidos formulados, não juntou aos autos as fichas de controle de frequência do reclamante, alegando que não possuía registro de jornada. Na audiência de instrução e julgamento, não foram produzidas outras provas. Nessa situação, o pedido de horas extras e sua integração deve ser julgado improcedente, em virtude de o reclamante não ter se desincumbido do ônus de provar suas alegações.
- 139** Durante audiência de instrução e julgamento, o juiz do trabalho que a presidia indeferiu pedido de oitiva de testemunhas, fundamentando sua decisão na assertiva de que o depoimento pessoal já havia sido suficiente para formar o seu convencimento. Nessa situação, o recurso cabível para impugnar a referida decisão é o agravo de instrumento, cujo prazo é de oito dias.
- 140** Pedro ajuizou ação rescisória, visando desconstituir sentença de mérito. Todavia, a petição inicial não foi instruída com prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda. Nessa situação, o relator deverá abrir prazo para que Pedro junte à inicial documento comprobatório do trânsito em julgado, sob pena de indeferimento.

Acerca da prisão provisória, julgue os seguintes itens.

- 141** Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, segundo o texto constitucional vigente.
- 142** Se determinada pessoa praticar o crime previsto no art. 121, *caput*, do CP, e, logo após, evadir-se do local do fato, levando a arma do crime, nesse caso, o prazo para se considerar que essa pessoa se encontra em flagrante delito será de 24 horas, ou seja, o mesmo prazo previsto no art. 306 do CPP, para a entrega da nota de culpa.
- 143** A prisão provisória é medida cautelar de natureza processual.
- 144** A prisão temporária poderá ser decretada, em qualquer fase do processo, pela autoridade judiciária competente, nos termos da lei pertinente.
- 145** O art. 5.º da Constituição Federal recepcionou a prisão para averiguação como garantia do interesse da sociedade.

No tocante à elaboração do IP e consoante o estabelecido no CPP, julgue os itens seguintes.

- 146** O IP é procedimento de natureza administrativa, que antecede o processo.
- 147** O IP será instaurado, de ofício, nos crimes de ação penal privada personalíssima, mesmo contra a vontade do ofendido.
- 148** A presença de defensor no curso do IP será imprescindível, uma vez que atende ao princípio do contraditório.
- 149** O defensor poderá requerer ao delegado de polícia de carreira diligências julgadas necessárias, sendo a autoridade policial obrigada a atender a tal requerimento, visto que este constitui ato vinculado da autoridade, nos termos da lei processual vigente.
- 150** O IP terá de ser instaurado quando a sua ocorrência chegar ao conhecimento da autoridade policial, ainda que seja ignorada a autoria do fato criminoso.
- 151** Será nulo de pleno direito, em conformidade com o que dispõe o CPP, o IP que não for instaurado pelo delegado de polícia de carreira.

Julgue os itens a seguir, relativos às garantias constitucionais do preso.

- 152** A pena poderá passar da pessoa do condenado, visto que se transfere aos descendentes até o terceiro grau, inclusive, a pena de suspensão ou interdição de direitos como efeitos da condenação.
- 153** Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal de 1988 não excluem outros que sejam decorrentes de tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil faça parte.
- 154** Será de 24 horas, improrrogáveis, o prazo para a comunicação ao juiz competente da prisão de qualquer pessoa e do local onde ela se encontra presa.
- 155** A concessão de fiança, direito subjetivo constitucional do preso, ocorre quando a lei admitir a liberdade provisória mediante tal arbitramento.
- 156** A pena de perda de bens é vedada pela Constituição Federal, visto que esse fato é considerado confisco de bens pelo Estado.

Julgue os itens que se seguem, relativos a competência, interrogatório e prova no âmbito do processo penal.

- 157** O ônus da prova caberá a quem fizer a alegação.
- 158** Considere a seguinte situação hipotética.
Aldo, valendo-se de uma arma de fogo, praticou o crime de latrocínio contra o gerente que o atendia numa agência da Caixa Econômica Federal. O fato ocorreu na cidade de Messejana – CE. O IP, por erro de escrivania, foi remetido para a comarca de Pacatuba – CE, onde Aldo foi regularmente autuado e processado.
Nessa situação, a competência para processar e julgar foi apenas transferida para o juiz de Pacatuba – CE, visto que as comarcas são limítrofes, não se alterando, portanto, a competência para processar e julgar o feito.
- 159** Considere a seguinte situação hipotética.
Ao ser interrogado pelo juiz, um acusado, assistido pela defensoria pública, disse que faria uso do seu direito de permanecer calado, conforme orientação do advogado.
Nessa situação, o silêncio do acusado poderá ser interpretado pelo juiz como confissão, pois, nos termos da lei processual penal, quem cala consente.
- 160** Em matéria processual penal, os fatos incontroversos precisam ser provados.

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao processo e julgamento no rito do júri.

- 161** À luz do princípio constitucional da soberania dos veredictos, é lícito ao tribunal de justiça, em grau de recurso de apelação, reformar eventual decisão dos jurados considerada equivocada, mesmo que tal decisão seja manifestamente contrária às provas dos autos.
- 162** A lei processual penal admite as chamadas diligências de plenário, a critério do presidente do tribunal do júri.
- 163** Concluída a instrução criminal, o juiz dará vista às partes para requerer em diligências, nos termos do art. 499 do CPP.
- 164** A lei processual penal é silente quanto aos pedido de apartes, no curso dos debates no plenário do júri, ficando a critério da parte contrária conceder ou não tais interferências.
- 165** No curso dos debates no plenário do júri, a tréplica é faculdade da defesa, segundo entendimento da jurisprudência dominante, consagrada pelo STF.
- 166** Da decisão que exclui jurado da lista geral cabe recurso em sentido estrito, no prazo de 20 dias, a ser interposto perante o presidente do tribunal de justiça.
- 167** Considere a seguinte situação hipotética.
No curso do julgamento no tribunal do júri, a defesa de acusado da prática de crime doloso contra a vida aduziu a semi-imputabilidade do réu, porém não foi juntado aos autos o laudo respectivo.
Nessa situação, mesmo ausente o referido laudo, a argumentação da defesa terá de ser considerada pelo presidente, que formulará quesito pertinente, atendendo à amplitude de defesa consagrada pela Constituição Federal como direito fundamental.

Julgue os itens a seguir à luz dos princípios norteadores do direito penal.

- 168** Consoante a legalidade e a anterioridade da lei, a prévia cominação legal da pena situa-se no plano da aplicação concreta da sanção penal.
- 169** Consoante o princípio da disponibilidade da ação penal, é lícito ao membro do Ministério Público desistir da ação penal e de eventual recurso interposto, visto que, no exercício do seu mister, a ação penal lhe pertence como *dominis litis*.
- 170** Considere a seguinte assertiva, de autoria de José Frederico Marques.
A demonstração dos fatos em que se assenta a acusação e daquilo que o réu alega em sua defesa é o que constitui a prova.
A partir de tal assertiva, é correto afirmar que existe uma hierarquia de provas em que a pericial tem total prevalência sobre as demais.
- 171** No tocante à prisão por permissão constitucional, o art. 5.º da Constituição Federal autoriza a prisão em flagrante sem mandado judicial.

Julgue os itens subseqüentes.

- 172** Embora o estado emocional do agente ativo e as circunstâncias do fato sejam fatores que podem, de alguma forma, influir no ânimo e na afetividade daquele que pratica o fato, a emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal.
- 173** Considere a seguinte situação hipotética.
Determinada pessoa, após discussão breve e de pouca importância, desferiu golpes de faca em seu antagonista, causando-lhe ferimentos na região torácica direita. A vítima não morreu graças à pronta e eficaz intervenção médica, ou seja, circunstância alheia à vontade do agente.
Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma tentativa de homicídio inculpa, em decorrência das lesões experimentadas pela vítima.
- 174** Na hipótese de tentativa de homicídio, a pena a ser aplicada será a mesma do crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- 175** O CP consagra a *abolitio criminis*.
- 176** Em matéria penal, entende-se como agente passivo o titular do bem juridicamente protegido, que, dependendo das circunstâncias, pode ser titular imediato ou mediato.

Por meio de procedimento inquisitorial, foi apurado que Márcio, imprudentemente, causou ferimentos em Lúcio que resultaram na perda do rim esquerdo da vítima.

Em face da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- 177** Na hipótese considerada, caso haja condenação, o juiz poderá graduar a pena e as conseqüências do crime, valorando de acordo com a análise prevista no CP.
- 178** Lúcio sofreu lesão corporal gravíssima, visto que ocorreu em perda permanente de função; portanto, o agente está sujeito a uma pena proporcional à gravidade da lesão.
- 179** Márcio responderá pela prática de delito culposos na modalidade tentada.
- 180** A modalidade culposa admite o perdão judicial, nos termos do dispositivo pertinente do CP.

Acerca dos crimes dolosos contra a vida, nos termos da lei penal vigente, julgue os seguintes itens.

- 181** O homicídio é classificado pela doutrina como crime instantâneo de efeitos permanentes.
- 182** O suicídio é um fato típico e antijurídico, na forma prevista no CP.
- 183** A eutanásia é tipificada no CP sob a denominação de homicídio piedoso.
- 184** O estado puerperal, na hipótese do infanticídio, é elemento que torna o agente do fato isento de pena, conforme preconiza o CP ao tratar da inimputabilidade.
- 185** O motivo torpe não se confunde com o motivo fútil, como circunstância qualificadora do homicídio doloso.

No que pertine ao crime de furto, julgue os itens a seguir.

- 186** O ordenamento jurídico pátrio consagra o furto de uso, nos termos do art.155 do CP.
- 187** Consoante o valor da coisa subtraída e os antecedentes do agente, o juiz poderá substituir a pena privativa de liberdade por uma pena de multa ou aplicar somente multa.
- 188** O furto famélico é uma das hipóteses do crime de furto previstas no CP.
- 189** No furto qualificado, admite-se a violência praticada contra a coisa a ser subtraída ou ao se romper obstáculo para tanto.
- 190** Considera-se como furto simples a subtração de coisa alheia móvel praticada por funcionário público no exercício da função pública.

Julgue os seguintes itens, relativos a IP, crimes contra vida, medida de segurança e imputabilidade.

- 191** Na hipótese de crime culposos contra a vida, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- 192** Se, em IP, for apurada a prática do crime de estupro mediante violência real, nessa situação, a ação penal cabível será de iniciativa privada e, de acordo com o CP, a referida ação penal poderá ser pública condicionada à representação.
- 193** De acordo com o CP, o aborto não é punido quando a gravidez resulta de estupro, razão por que o médico que assistir a gestante vítima desse crime fica obrigado a interromper a gravidez.
- 194** De acordo com o CP, é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, for, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Nesse sentido, eventual medida de segurança encontra justificativa na culpabilidade em grau mínimo, devido à incapacidade do agente.
- 195** Aos menores de dezoito anos aplica-se o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, ficando o inimputável alcançado pela menoridade até completar 21 anos de idade.

Quanto ao crime de falsidade ideológica, julgue os itens a seguir.

- 196** Falsidade ideológica e falsidade material se equivalem quanto à forma do documento.
- 197** No dizer de Júlio Fabrini Mirabete, outras denominações são utilizadas para designar esse delito: falso intelectual, falso ideal, falso moral e falso não material.
- 198** Nos termos do CP, falsidade de atestado médico é crime próprio, dada a exigência da qualidade de médico para o agente ativo.
- 199** Conforme a jurisprudência do STF, para que se configure o crime de falsidade ideológica, não é mister a ocorrência de dano efetivo; basta que se verifique a potencialidade de um evento danoso.
- 200** O crime de falsidade ideológica não admite a tentativa.